

irreconciliáveis posições dos grupos responsáveis pela restauração pernambucana são examinados pelo Autor, desde as deformações com que foi visto por cronistas e historiadores. Nacionais extremados, de um lado, devedores rendidos aos holandeses e colaboracionistas judeus, de outro? Evaldo Cabral de Mello prefere antes ver, ainda que não com exclusividade, o choque de interesses entre os senhores de engenho e de propriedades confiscadas pelas autoridades holandesas e os novos proprietários luso-brasileiros que lhes sucederam na posse destes bens. A emigração de senhores ("Uma diáspora colonial", p. 256) é antes explicada através da coação do que do sentimento nativista; e o mercantilismo reinol que lhes era oposto tem muito mais matizes do que fazem supor os estudos até agora realizados a respeito. O confisco dos engenhos pelos holandeses foi canalizado a senhores colaboracionistas, em detrimento dos emigrados; este confisco é definido como a feição "mais significativa social e economicamente da desorganização do sistema de propriedade existente ao tempo da invasão holandesa", embora não tenha sido a única. O acompanhar daquela diáspora até suas pontas nevrálgicas na Bahia e sua repercussão em Portugal abre possibilidades de conhecimento de fatos e momentos inéditos de maior importância na evolução histórica do Brasil do século XVII.

Com a mesma riqueza de fontes dos capítulos precedentes, o Autor faz a ilação entre os senhores de engenhos confiscados e as tendências do preço do açúcar no momento da revolta de 1645. A partir daí, e até 1654, quando da capitulação holandesa, continuaram a agir e a se debaterem engenhos de holandeses e de judeus contra os de propriedade de luso-brasileiros.

"Olinda restaurada", título que homenageia a crônica do mesmo nome de autoria do Capitão Baers, sobre a conquista de Olinda, é metafórico. Enfeixa, na cidade-símbolo, o poder econômico e social luso-brasileiro no Nordeste, que termina por sobrepor-se ao invasor batavo e, por que não?, ao artificialismo do domínio castelhano. — Heloísa Liberalli Bellotto.

MORAES, Eduardo Jardim de — *A brasiliade modernista. Sua dimensão filosófica*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

O Autor coloca a problemática da brasiliade diretamente ligada à obra teórica de Graça Aranha, numa tentativa original de situar a proposta nacionalista do Modernismo, dentro de uma "reflexão filosófica do país".

Divide o Modernismo em duas etapas: a primeira, de 1917 a 1924, de renovação estética e a segunda de 1924 a 1930, que trata da *questão da brasiliade*, tendo, dentro dessa perspectiva duas orientações: a de Plínio Slagado e a de Oswald de Andrade.

Critica duas interpretações, que para ele, são correntes na crítica brasileira: uma que apresenta a *brasiliade* como consequência da preocupação das vanguardas europeias com o primitivismo; e outra que relaciona a revolução modernista com os acontecimentos político-sociais da época. A primeira esquece a apreciação histórico-cultural do país, deslocando seu interesse para o estudo das vanguardas. A segunda não mostra charadamente a articulação da prática política com a produção cultural.

A partir daí importa não somente referir esse momento da História à problemática cultural européia, mas colocá-lo como *retomada* e *adiantamento* de um caminho já aberto na nossa vida intelectual. Retomada que foi possível através da obra de Graça Aranha — *A Estética da Vida* — que estabelece dois pontos-chave: a *intuição* — conhecimento do Universo pela intuição estética; e a *integração* — pela qual, a partir da intuição, haveria uma integração do homem ao cosmos, indo do nacional ao universal. Daí saíram as idéias básicas daquelas duas orientações da *brasiliade modernista*; o apelo à intuição para se chegar à nacionalidade, e a integração como base para a formação de uma cultura nacional.

O objetivo do Autor parece se voltar à antiga polêmica existente na década de 20, sobre as lideranças do Modernismo: ora atribuídas a Mário de Andrade, ora a Graça Aranha. Sua posição fica definida quando atribui à obra de Graça Aranha um papel decisivo na elaboração das propostas modernistas, no que elas receberam das vanguardas européias.

Na realidade não se deve esquecer que os modernistas sofreram influências das vanguardas, mas estas influências já haviam sido determinadas, com o intercâmbio entre nossos escritores e as fontes europeias, desde a época colonial.

O papel de Graça Aranha foi relevante, na medida em que serviu para dar credibilidade ao trabalho dos moços, que ainda eram desnhecidos; mas sua contribuição trazia resquícios da filosofia alemã, que foi a orientação da Escola do Recife, não estando ligada às vanguardas europeias e sim a uma linha conservadora-tradicionalista, também de fonte européia. Isso é comprovado pelo seu prestígio nos meios acadêmicos, tanto na Europa quanto no Brasil.

É importante ressaltar a posição de Graça Aranha dentro do Movimento Modernista, mais como um suporte para a divulgação do movimento – dado o seu prestígio nos meios acadêmicos, que como fonte das propostas modernistas.

É louvável a intenção do Autor de mostrar o Modernismo como a retomada de uma tradição que valoriza a *brasilidade*. Contudo, esta tradição não se restringe à obra de Graça Aranha, mas está presente na Literatura Brasileira desde o Romantismo. O próprio Mário de Andrade já havia estabelecido as linhas básicas do seu projeto nacionalista, na *Paulicéia Desvairada*, elaborada bem antes da chegada de Graça Aranha.

Entre os modernistas mais lúcidos havia a consciência de que estavam renovando a tradição. E uma prova dessa consciência está no próprio fato de Mário de Andrade ter, originalmente, dedicado o seu *Macunaíma* a José de Alencar.

A obra está muito bem estruturada, apoiada numa documentação farta e de grande valor, com a utilização de textos e depoimentos dos escritores modernistas das correntes Verde-Amarela, Pau-Brasil, Antropofagia, Escola da Anta, além de obras críticas e sobre a situação político-social na década de 20. Contudo, ressalta-se um aproveitamento unilateral dessa documentação, devido à posição apriorística do Autor, no tocante à polêmica sobre as lideranças do Movimento Modernista.

Apesar das restrições apontadas no trabalho, é inegável a relevante contribuição prestada aos estudiosos do Modernismo, numa dimensão ampla, mais ligada à História. — Maria Lúcia Fernandes Guelfi e Raimunda de Brito Batista.

RIBEIRO JUNIOR, José — *Colonização e monopólio no Nordeste brasileiro: a Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba, 1759-1780*. São Paulo, HUCITEC, 1976. (Estados brasileiros, 3).

Com a intenção de demonstrar como, através do funcionamento da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759-1780), é possível observar-se a monarquia absoluta portuguesa e seus grupos privilegiados em atuação sobre a colônia brasileira, explicando-se, assim, o "sentido da colonização", José Ribeiro Júnior publica agora a sua tese de doutoramento sobre a referida companhia. Identificando as Companhias de comércio que, desde o século XVI, possuíam a França, Holanda e Inglaterra, para explorar o comércio internacional, o Autor contraçõe-lhes o sistema obsoleto vigente em Portugal, representado pelas Casa de Ceuta, da Guiné, da Mina, da Índia, etc. A partir de meados do século XVII é que a monarquia lusitana desperta para a necessidade de arregimentar capitais para movimentar a economia de seu vasto império ultramarino: criam-se algumas companhias de comércio, mas de efêmera duração. Entretanto, foi no consulado pombalino que "Portugal entrou decididamente no uso das Companhias de comércio por ações (...), com função associada à Coroa, integrando um plano de colonização formulado pelo Estado".

A conjuntura luso-brasileira na segunda metade do século XVIII é apresentada para que se compreenda como e onde atua a Companhia e quais sejam suas coordenadas em relação ao comércio internacional e em relação à crise portuguesa de então. Na solução da crise, Pombal à frente de reformas administrativas e fiscais e de implantação de novas estratégias de exploração